



CÓD: OP-095AG-23
7908403540693

CIDADE OCIDENTAL – GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE OCIDENTAL – GOIÁS

Professor Nível III- Pedagogia

EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2023

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados.	7
2. Interpretação textual de gêneros textuais variados.	8
3. Modos de enunciação presentes no texto.	8
4. Gramática normativa.	9
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.	10
6. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).	14
7. Progressão temática.	15
8. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos.	15
9. Tipos de argumento.	25
10. Classificação gramatical.	16
11. Processo de formação de palavras.	22
12. Análise morfosintática.	23
13. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa.	25
14. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	26
15. Concordância verbal e nominal.	29
16. Regência verbal e nominal.	32
17. Colocação pronominal.	33
18. Pontuação.	33

Matemática

1. Conjuntos numéricos.	53
2. Números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos.	59
1. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto.	60
2. Noções de Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples.	60
3. Noções de Estatística. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos.	63
4. Medidas de centralidade e medidas de dispersão.	64
5. Noções de Probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios.	65
6. Regra de três simples e composta.	67
7. Noções de Matemática Financeira: razão, proporção, porcentagem, juros simples, juros compostos e descontos simples. ...	68
8. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica.	73
9. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos.	78
10. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica e modulares.	80
11. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica.	90
12. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro e áreas. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas e volumes.	92

Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Cidade Ocidental-GO

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. Mundo do trabalho. Mobilidade e migrações. Emergências de saúde, surtos e epidemias. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais e políticas ambientais.....	105
2. Formação histórico-territorial de Goiás.....	105
3. A colonização de Goiás	106
4. A independência de Goiás.	107
5. Goiás no período imperial.	107
6. Política e sociedade em Goiás na República.	108
7. A construção de Goiânia e a mudança da capital.	108
8. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás.	109
9. A economia goiana no contexto nacional.	114
10. População e urbanização de Goiás.	115
11. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. Natureza, cultura e turismo na Cidade Ocidental e no estado de Goiás.	120
12. História dos quilombos.	127

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais Microsoft Windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado.....	133
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	148
3. Configurações e Painel de Controle, abrangendo a Solução de Problemas.....	151
4. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão.	168
5. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos.	168
6. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	168
7. Aplicativos pertencentes ao Windows (Bloco de Notas, Paint, WordPad e Mapa de Caracteres).....	169
8. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	171
9. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos). Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas). Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos, efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato PDF).....	175
10. Navegadores de Internet, serviços de busca na Web e uso do correio eletrônico. Serviços de correio eletrônico.....	180

Conhecimentos Específicos Professor Nível III - Pedagogia

1. Sociedade, Cultura e Educação.....	191
2. Aprendizagem e Desenvolvimento.	194
3. Tendências Pedagógicas em Educação.....	196

ÍNDICE

4. Abordagens do processo de Ensino e Aprendizagem.....	199
5. Concepções de currículo e organização do currículo escolar da educação básica.	203
6. Planejamento, Planos e Projetos educativos.	220
7. Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	225
8. Formação docente.	233
9. Diversidade Cultural e Inclusão.....	242
10. Avaliação institucional. Avaliação do processo de Ensino e Aprendizagem.....	243
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	246
12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	262
13. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 anos.	263
14. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.	270
15. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	279
16. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.	279
17. Plano Nacional da Educação.	317
18. Lei Brasileira de Inclusão.....	331

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

MODOS DE ENUNCIÇÃO PRESENTES NO TEXTO.

– **Dialogismo**: no processo ensino-aprendizagem, a interação entre mentor e aprendiz tem sua fundamentação no dialogismo, o que consiste no requisito essencial do sentido da manifestação da linguagem. O dialogismo é o entendimento do que é o diálogo, suas funções consistem em:

1 – Conceder sentido ao ser humano, pois a ele estão sempre associadas a reflexão e a ação;

2 – Contextos históricos, sociais e culturais, que são essenciais para a existência do diálogo, por isso, os diálogos não constituem meramente um intercâmbio aleatório de códigos. Os agentes comunicativos recorrem às suas subjetividades particulares ao atribuírem significado ao discurso que emite e ao discurso que escuta. Assim, a linguagem dialógica constitui o elo entre educador e educando, fazendo com que o conhecimento floresça a partir dessa interação.

– **Polifonia**: um mesmo texto pode não apresentar apenas um enunciado, mas diversos, constituindo, assim, o fenômeno da polifonia, que consiste na presença de muitas vozes em um único texto. Existem algumas unidades gramaticais que podem operar como sinais para identificar a presença das vozes no texto, sendo elas:

1 – Índices de determinados elementos gramaticais que podem funcionar como indícios da presença de outra “voz”.

Alguns dos principais são: marcadores de pressuposição, intertextualidade, determinados operadores argumentativos (representados, em geral, por conectivos), discurso indireto livre, recursos gráficos como negrito ou itálico ou mesmo aspas, em alguns casos.

– **Discurso**: em termos científicos e linguísticos, o discurso é um modo de linguagem escrita ou falada, respectivamente, texto e conversação nos contextos político, social ou cultura. Em termos gerais, discurso é toda conjuntura que implica a comunicação em um dado contexto. No que se refere aos elementos, o discurso está estruturado em três níveis:

1 – A pessoa que fala;

2 – A pessoa para quem se fala;

3 – Sobre o que se fala.

A fala, presente em todos os níveis, ocorre em forma de narrativa nos discursos direto, indireto e indireto livre. O discurso atua como a ação oral e verbal de voltar-se a uma audiência, visa não somente à exposição ou à comunicação de algo, como também de convencer o ouvinte.

Existem três tipos de discurso, são eles:

– Direto (onde existe uma pausa na narrativa, para que o narrador reproduza de forma fiel a fala de um personagem);

– Indireto (onde a fala da personagem não é reproduzida de forma fiel ou explícita, mas nas palavras do narrador);

– Indireto livre (misto dos discursos direto e indireto, em que as falas são reproduzidas e explícitas, tanto do narrador quanto dos personagens).

– **Enunciado**: sumariamente, o enunciado é uma ocorrência discursiva, ou seja, é a unidade real de interação/comunicação verbal entre os agentes comunicativos, onde estão envolvidas as mais diversas formas de manifestação linguística. Melhor dizendo, o discurso é a organização das palavras de modo a criar uma frase, uma sentença ou uma ideia concluída. Dessa forma, um simples termo significativo (como “Veja!” ou “Saia!”) pode consistir em um enunciado.

– **Enunciação**: diz respeito à função internacional e social a partir da qual o enunciatário (pessoa que comunica oral ou verbalmente), coloca a língua em prática, considerando um enunciatário (pessoa para quem se comunica). No âmbito da linguagem, como também em outras áreas, a enunciação, dependendo da abordagem teórica, assume diversas definições. O enunciado é o produto da enunciação.

– **Texto**: a definição ampla de texto é uma produção (verbal ou não), constituída por um código da linguagem, com a intenção de informar algo a alguém, em tempo e espaço determinados. Em termos gramaticais, texto é a mais elevada unidade linguística,

transcendendo a sentença. O texto compõe o sistema linguístico, pois suas estruturas viáveis em toda língua estão submetidas a uma gramática textual.

– **Gêneros discursivos:** segundo o linguista Mikhail Bakhtin, os gêneros discursivos são tipos constantes de enunciados. Sua função principal é organizar o discurso, e, por isso, contribuem amplamente para o ensino de línguas. Os PCNs recomendam o trabalho com os gêneros discursivos, argumentando que:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam (BRASIL, 1998, p. 21).

Para Bakhtin, os gêneros discursivos classificam-se em dois tipos:

1 – Os primários, que se referem, principalmente, ao âmbito da oralidade, isto é, ao diálogo, a maneira mais tradicional da comunicação, o que atribui às ideias cotidianas uma relevância única;

2 – Os secundários, relacionados ao conto, à crônica, aos romances, aos manuais de instrução, aos textos científicos ou publicitários, etc.

GRAMÁTICA NORMATIVA.

A Linguagem Culta ou Padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É usada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Ouvindo e lendo é que você aprenderá a falar e a escrever bem. Procure ler muito, ler bons autores, para redigir bem.

A aprendizagem da língua inicia-se em casa, no contexto familiar, que é o primeiro círculo social para uma criança. A criança imita o que ouve e aprende, aos poucos, o vocabulário e as leis combinatórias da língua. Um falante ao entrar em contato com outras pessoas em diferentes ambientes sociais como a rua, a escola e etc., começa a perceber que nem todos falam da mesma forma. Há pessoas que falam de forma diferente por pertencerem a outras cidades ou regiões do país, ou por fazerem parte de outro grupo ou classe social. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas.

Certas palavras e construções que empregamos acabam denunciando quem somos socialmente, ou seja, em que região do país nascemos, qual nosso nível social e escolar, nossa formação e, às vezes, até nossos valores, círculo de amizades e hobbies. O uso da língua também pode informar nossa timidez, sobre nossa capacidade de nos adaptarmos às situações novas e nossa insegurança.

A norma culta é a variedade linguística ensinada nas escolas, contida na maior parte dos livros, registros escritos, nas mídias televisivas, entre outros. Como variantes da norma padrão aparecem: a linguagem regional, a gíria, a linguagem específica de grupos ou profissões. O ensino da língua culta na escola não tem a finalidade de condenar ou eliminar a língua que falamos em nossa família ou em nossa comunidade. O domínio da língua culta, somado ao domínio de outras variedades linguísticas, torna-nos mais preparados

para nos comunicarmos nos diferentes contextos lingüísticos, já que a linguagem utilizada em reuniões de trabalho não deve ser a mesma utilizada em uma reunião de amigos no final de semana.

Portanto, saber usar bem uma língua equivale a saber empregá-la de modo adequado às mais diferentes situações sociais de que participamos.

A norma culta é responsável por representar as práticas linguísticas embasadas nos modelos de uso encontrados em textos formais. É o modelo que deve ser utilizado na escrita, sobretudo nos textos não literários, pois segue rigidamente as regras gramaticais. A norma culta conta com maior prestígio social e normalmente é associada ao nível cultural do falante: quanto maior a escolarização, maior a adequação com a língua padrão.

Exemplo:

Venho solicitar a atenção de Vossa Excelência para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, senhor presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar este esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico de suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe.

A Linguagem Popular ou Coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos estados emocionais etc.

Dúvidas mais comuns da norma culta

Perca ou perda

Isto é uma perda de tempo ou uma perca de tempo? Tomara que ele não perca o ônibus ou não perda o ônibus? Quais são as frases corretas com perda e perca? Certo: Isto é uma perda de tempo.

Embaixo ou em baixo

O gato está embaixo da mesa ou em baixo da mesa? Continuarei falando em baixo tom de voz ou embaixo tom de voz? Quais são as frases corretas com embaixo e em baixo? Certo: O gato está embaixo da cama

Ver ou vir

A dúvida no uso de ver e vir ocorre nas seguintes construções: Se eu ver ou se eu vir? Quando eu ver ou quando eu vir? Qual das frases com ver ou vir está correta? Se eu vir você lá fora, você vai ficar de castigo!

Onde ou aonde

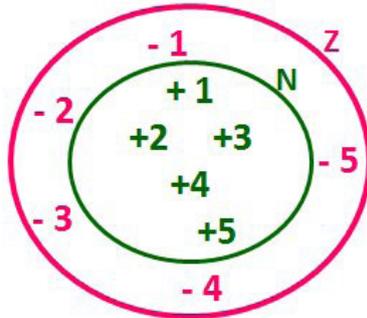
Os advérbios onde e aonde indicam lugar: Onde você está? Aonde você vai? Qual é a diferença entre onde e aonde? Onde indica permanência. É sinônimo de em que lugar. Onde, Em que lugar Fica?

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS.

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

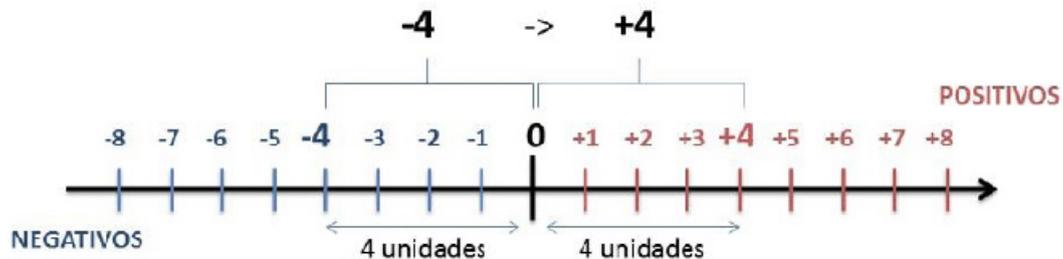
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

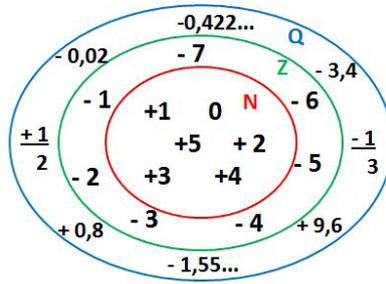
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simplex*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

ATUALIDADES E HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DE GOIÁS E DE CIDADE

CONFLITOS SOCIAIS, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS. MUNDO DO TRABALHO. MOBILIDADE E MIGRAÇÕES. EMERGÊNCIAS DE SAÚDE, SURTOS E EPIDEMIAS. QUESTÕES ATUAIS DO MEIO AMBIENTE, DESASTRES AMBIENTAIS E POLÍTICAS AMBIENTAIS.

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como es-

tudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE GOIÁS.

O pontapé da história de Goiás se deu com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, em busca de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII. O contato entre nativos indígenas, negros e os bandeirantes foi fator decisivo para a formação da cultura do Estado, deixando como legado as principais cidades históricas, como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital de Goiás.

O nome do Estado tem origem na denominação da tribo indígena “guaiás” que, por corruptela, se tornou Goiás. Vem do termo tupi “gwaya”, que quer dizer “indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça”.

De acordo com a história, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera, foi o primeiro bandeirante a ocupar Goiás. Entretanto, o Estado era conhecido e fazia parte da rota dos Bandeirantes já no primeiro século da colonização do Brasil. As primeiras Bandeiras eram de caráter oficial e destinadas a explorar o interior em busca de riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particulares organizadas para captura de índios.

A Bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Três anos depois, os bandeirantes voltaram triunfantes a São Paulo, divulgando a descoberta de cinco córregos auríferos, minas tão ricas quanto as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

Pouco tempo depois, os bandeirantes organizaram uma nova expedição para a exploração do novo território, tendo Bartolomeu, agora como superintendente das minas, e João Leite da Silva Ortiz, como guarda-mor. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde foi fundado o arraial de Sant’Ana, posteriormente chamado de Vila Boa e mais tarde de Cidade de Goiás.

A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, a mineração entrou em rápida e completa decadência. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. Após esta data, tornou-se capitania independente. Com o declínio do ouro, o governo adotou medidas administrativas que não trouxeram resultado satisfatório. Não havia um produto tão vantajoso que pudesse substituir o ouro, até então, sinônimo de lucro fácil. Com a economia fragilizada, a sociedade goiana regrediu a uma economia rural e de subsistência.

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente, graças a alguns fatores como a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, e a campanha nacional “Marcha para o Oeste”, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, e imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

Já na década de 1960, o Estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de commodities agropecuárias, com destaque para o rápido processo de industrialização. Hoje, está inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do Estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial goiana.

Apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal como estadual, foi vital para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Porém, há registros de que o setor público foi essencial para a estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Tais culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins.

A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

O dinamismo econ mico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso  xodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital, foram as principais responsáveis pela mudanç a da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital, Goiânia, as cidades da região do Entorno de Brasília, como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio, como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás também se tornou um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, sendo considerado um dos Estados com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto fluxo migratório são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econ mico e também a proximidade com a capital federal, Brasília.

Fonte: Disponível em: <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>. Acesso em: 16.ago.2023

A COLONIZAÇÃO DE GOIÁS

Aos tempos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a região do atual estado de Goiás era habitada pelos  ndios Av s-canoeiros, tupi-guaranis e tapuias. A ocupação do território goiano teve início com Catarina Silva e as expedições de aventureiros (bandeirantes) provenientes da Capitania de São Vicente. As Bandeiras objetivavam procurar metais preciosos e capturar índios que, por sua vez, serviam como mão de obra escrava no desenvolvimento da agricultura e minas, tanto no “território dos Goyazes” quanto na Capitania de São Vicente. Além destas, outras expedições saíam do Pará, nas chamadas Descidas com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Todas essas expedições tinham como rota o território do atual estado, mas não se dava a criação de vilas permanentes e nem a manutenção de um notável número de população na região.

Com a descoberta de ouro na área, a ocupação efetiva se consolidou, tornando-se propriamente dita. Devido à descoberta de ouro em Minas Gerais (próximo   Ouro Preto) e em Mato Grosso (próximo   Cuiabá) entre 1698 e 1718, acreditava-se que a região também possuía abundância em minérios, ideia que ganhou forç a com a crença, de origem renascentista, de que o ouro era mais abundante quanto mais próximo da Linha do Equador e no sentido leste-oeste. Assim sendo, a busca por ouro no território se intensificou cada vez mais, fazendo deste o foco das expedições dos Bandeirantes pela região.

Um das Bandeiras mais importantes recebida pelo território goiano foi a liderada por Francisco Bueno, a primeira a encontrar ouro nestas terras, em 1682, embora em pequena quantidade. A região explorada por essa Bandeira estendeu-se das margens do Rio Araguaia até a região do atual município de Anhanguera. Bartolomeu Bueno da Silva, filho de Francisco Bueno e conhecido por Anhanguera (Diabo velho), também fazia parte desta Bandeira. Segundo registros, Bartolomeu Bueno da Silva interessou-se pelo ouro que adornava algumas  ndias de uma tribo, mas não obteve sucesso em obter informações confiáveis sobre a localização exata desse ouro. Para descobrir a localização, Anhanguera resolveu ameaçar por fogo nas fontes e rios da região, utilizando aguardente para convencer os índios da tribo de que tinham “poderes” e meios para fazer isto acontecer. Apavorados, os índios levaram-no imediatamente às jazidas, surgindo assim o apelido “Anhanguera” (Diabo Velho ou Feiticeiro).

O filho de Anhanguera, também chamado Bartolomeu Bueno da Silva, tentou retornar aos locais onde seu pai havia passado, 40 anos após o acontecido. Bueno da Silva tinha como objetivo encontrar a “Serra dos Martírios”, um lugar fantástico onde grandes cristais aflorariam, tendo formas semelhantes a coroas, lanças e cravos, referentes à “Paixão de Cristo”. Esse lugar, místico, nunca foi encontrado, mas este acabou chegando às regiões próximas ao rio Vermelho, onde encontrou ouro em maior quantidade em 1722. Bartolomeu Bueno da Silva acabou fixando-se na vila de Sant’Anna, em 1727, que mais tarde viria a se tornar a Vila Boa de Goyaz.

Depois de seu retorno a São Paulo, onde apresentou os achados em terras goianas, Bueno da Silva foi nomeado capitão-mor das “minas das terras do povo Goi ”. Apesar disso, sua influência foi

sendo diminuída a medida que a administração régia se organizava na região. Acusado de sonegação de rendas, Bueno da Silva perdeu direitos obtidos junto ao rei, falecendo pobre e sem poder em 1740. O ouro explorado na área era retirado principalmente da superfície dos rios, através da peneiragem do cascalho, se tornando escasso após 1770. A região passou a viver basicamente da pequena agricultura de subsistência e de algumas atividades relativas à pecuária. Nesta época, as principais regiões de Goiás exploradas pela Capitania de São Paulo eram o Centro-Sul (proximidades dos limites com São Paulo), o Alto Tocantins e o Norte da capitania, até os limites da cidade de Porto Nacional (hoje pertencente ao Tocantins). Estas regiões, entretanto, só viriam a receber ocupação humana intensamente a partir dos séculos XIX e XX, como resultado da ampliação da pecuária e agricultura.[15]

Separação da Capitania de São Paulo

O atual estado de Goiás foi administrado, no período colonial, pela Capitania de São Paulo, na época a maior delas, estendendo-se do Uruguai até o atual estado de Rondônia. Todavia, seu poder não era tão extenso e proeminente, ficando distante das populações e, também, dos rendimentos.

Depois da descoberta de ouro em Goiás, em 1722, os portugueses buscaram aproximar-se da região produtora, como uma forma de controlar melhor a produção de ouro e evitar o contrabando, além de servir como uma resposta mais imediata aos ataques dos índios e controlar os conflitos e revoltas entre os mineradores. Assim sendo, foi criado através de alvará régio a Capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em 1744, com a divisão efetivada em 1748. O primeiro governador da então Capitania de Goyaz foi Dom Marcos de Noronha, que passou a residir em Vila Boa de Goyaz. Durante a maior parte do período colonial e imperial, os limites territoriais entre as capitanias e províncias não eram demarcados com exatidão, estando quase sempre definidos pelos limites das paróquias ou através de deliberações políticas oriundas do poder central. Nesse período, Goiás foi uma das administrações a sofrer maiores perdas de território, com diversas divisões. Duas perdas significativas de território marcaram Goiás na época colonial: O Triângulo Mineiro e o Leste do Mato do Grosso.

A região que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro pertenceu à capitania de Goiás, desde sua criação, em 1744, até 1816, pouco antes da independência brasileira. A região foi incorporada a Minas Gerais devido a pressões pessoais de integrantes de grupos dirigentes da região. Apesar de ter passado à hegemonia mineira, o Triângulo continuou sofrendo influência goiana nas suas mais variadas ações, sobretudo na questão política. Em 1861, a Assembleia Geral sediou uma das maiores discussões políticas à época, entre parlamentares de Minas Gerais e de Goiás, por conta da tentativa mineira de ampliar ainda mais o território de Minas Gerais, incorporando áreas do Sul Goiano e próximas ao Rio São Marcos, administradas pela Capitania de Goiás.

As capitanias de Mato Grosso e Goyaz começaram as discussões acerca de seus limites territoriais em 1753. Como resultado das discussões, ficou definido que os limites entre as duas capitanias seria a partir do Rio das Mortes até o Rio Pardo, sendo que este último seria usado como o último limite entre as duas, por sua localização quase na fronteira do Brasil com Bolívia. Em 1838, Mato Grosso reiniciou as movimentações de contestação de limites territoriais, criando a vila de Sant'Ana do Paranaíba, próximo ao limite pré-estabelecido com Goiás. O caso foi tratado pela Assembleia Geral apenas em 1864, que criou uma legislação específica para o en-

trave. A situação perdurou até a República Velha, com a criação do município de Araguaia em 1913 por parte de Mato Grosso, e criação de Mineiros por parte de Goiás, o que culminou no agravamento do conflito. A questão ficou em suspenso até 1975, quando uma nova demarcação foi efetuada, durante o Regime militar. A decisão final veio em 2001, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) demarcou, por definitivo, a nascente "A" do Rio Araguaia como ponto de partida das linhas demarcatórias entre os dois estados, resultando em perda territorial para Goiás.

A INDEPENDÊNCIA DE GOIÁS.

O processo de independência de Goiás se deu gradativamente, impulsionado pela formação de juntas administrativas. O desenvolvimento e povoamento do estado deu-se, de forma mais intensificada, a partir da mudança da capital para Goiânia, na década de 1930, e com a construção de Brasília, em 1960.[9]

Em 1893, a Comissão Cruls, com base na Constituição de 1891, definiu o território do novo Distrito Federal, que seria desmembrado das terras de Goiás. Mas Brasília foi inaugurada somente em 1960.

Em 1933, começou a construção de Goiânia para ser a nova capital do Estado, com projeto dos urbanistas Attilio Corrêia Lima e Armando de Godoy. A ideia de mudança da capital existia desde o século 18, mas se efetivou apenas em 23 de março de 1937.

Após a inauguração de Brasília, em 1960, o desenvolvimento de Goiás tomou grande impulso.

GOIÁS NO PERÍODO IMPERIAL.

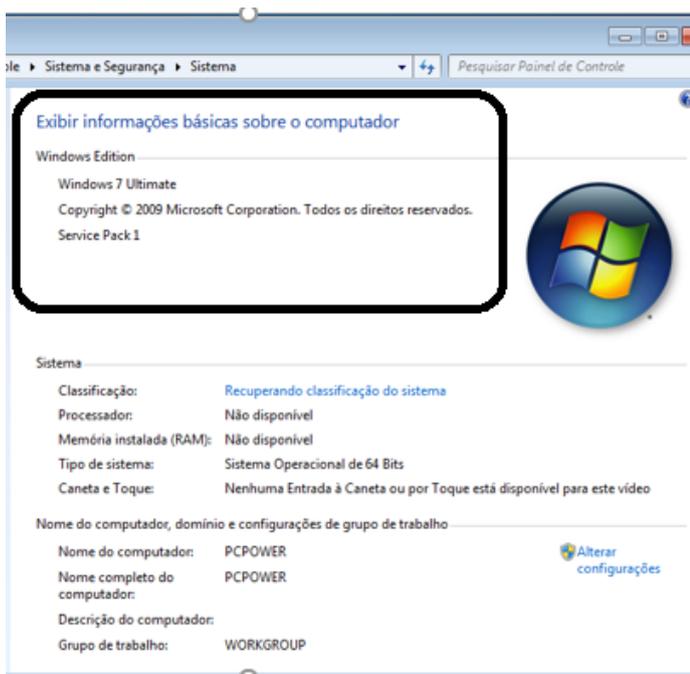
De 1780 em diante, a Capitania de Goiás iniciou um processo de ruralização e regressão a uma economia de subsistência, devido ao esgotamento das jazidas auríferas, o que causou graves problemas financeiros, pela ausência de um produto básico rentável. Os portugueses agiram ativamente para tentar reverter essa situação, incentivando e promovendo a agricultura na região. Todavia, a ação não gerou resultados positivos, já que os agricultores temiam o pagamento de dízimos. Outros motivos que contribuíram para o fracasso da iniciativa foi a ausência de um mercado consumidor, dificuldade de exportação - sobretudo pela ausência de um sistema viário - e a falta de interesse dos mineiros pelo trabalho agrícola, pouco rentável.

Quando o Brasil conquistou a independência, em 1822, a Capitania de Goyaz foi elevada à categoria de província. Porém, essa mudança pouco alterou a realidade socioeconômica de Goiás, que ainda enfrentava um quadro de pobreza e isolamento geográfico. Poucas mudanças ocorreram, sendo a maioria de ordem política e administrativa. A expansão da pecuária em Goiás alcançou relativo êxito nas três primeiras décadas do século XIX, resultando em um significativo aumento populacional, principalmente no sul da província. A maioria dos migrantes que chegavam ao estado, vinham de outras províncias próximas, como Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Com essa migração, surgiram novas localidades, que logo tornaram-se cidades: no sudoeste goiano, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia (então Rio Bonito), Quirinópolis (então Capelinha), entre outras. O norte da província também mudou conside-

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FAMÍLIA DE SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT
WINDOWS PARA MICROCOMPUTADORES
PESSOAIS: INTERFACE GRÁFICA DO USUÁRIO E SEUS
ELEMENTOS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DA AJUDA E
SUPORTE E DOS ATALHOS DE TECLADO.

Windows 7



Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

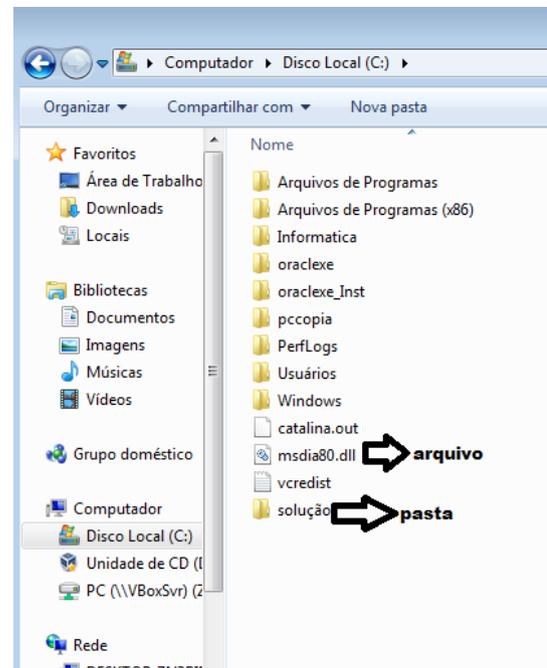


No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.





Área de trabalho do Windows 7



Área de transferência

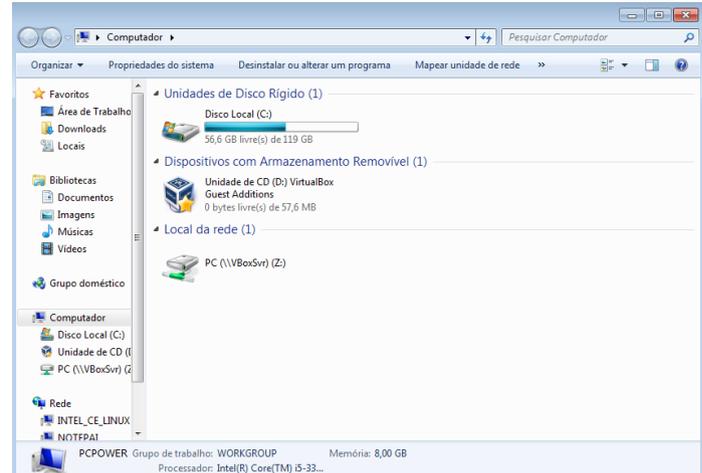
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

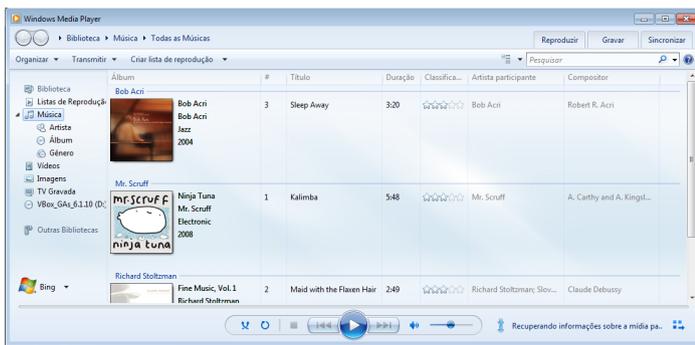
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

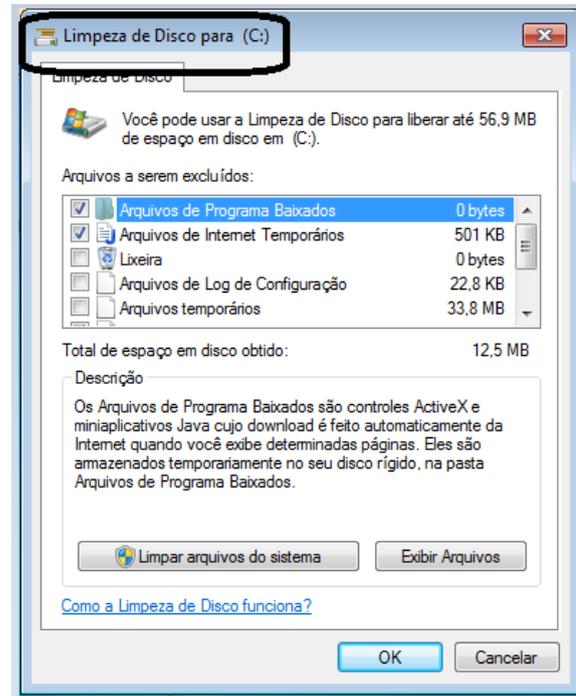
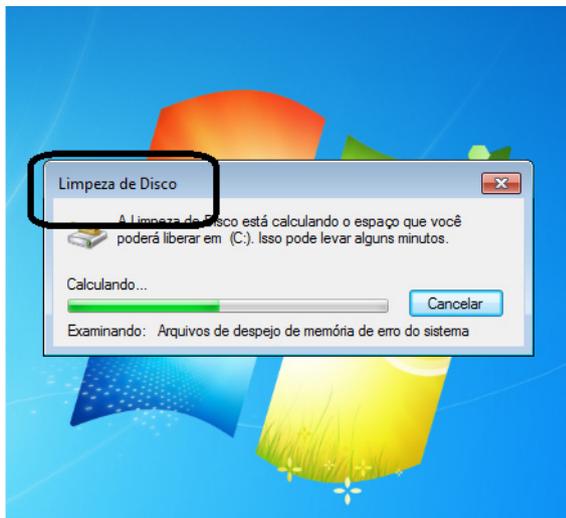
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

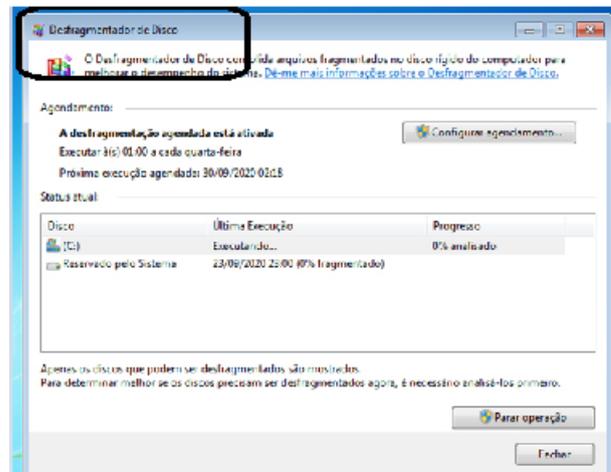


Ferramentas do sistema

• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Guarda Municipal

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Cultura é um termo complexo e de grande importância para as ciências humanas em geral. Sua etimologia vem do latim *culturae*, que significa “ato de plantar e cultivar”. Aos poucos, acabou adquirindo também o sentido de cultivo de conhecimentos. A noção moderna de cultura foi sintetizada pela primeira vez pelo inglês Edward Tylor, conceituando-a como um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos por uma pessoa como membro de uma sociedade.

Nesse sentido, podemos dizer que a cultura engloba os modos comuns e aprendidos de viver, transmitidos pelos indivíduos e grupos em sociedade. Para além de um conjunto de práticas artísticas, tradições ou crenças religiosas, devemos compreender a cultura como uma dimensão da vida cotidiana de determinada sociedade.

Uma característica da cultura é que ela é indissociável da realidade social. A cultura está presente sempre que os seres humanos se organizam em sociedade. A cultura é uma construção histórica e produto coletivo da vida humana. Isso quer dizer que falar em cultura implica necessariamente se referir a um processo social concreto. Costumes, tradições, manifestações culturais e folclóricas como festas, danças, cantigas, lendas, etc. só fazem sentido enquanto parte de uma cultura específica; ou seja, as manifestações culturais não podem ser compreendidas fora da realidade e história da sociedade a qual pertencem.

Outra característica da cultura é o seu aspecto dinâmico. Por isso é mais pertinente pensá-la como um processo e não como algo estagnado no tempo. Isso fica claro no mundo globalizado, marcado por rápidas transformações tecnológicas, pelo constante contato entre as culturas e disseminação de padrões culturais pelos meios de comunicação de massa. Porém, mesmo quando se fala de sociedades tradicionais, não quer dizer que elas não se modifiquem. Todo aspecto de determinada cultura tem a sua própria dinâmica, pois não existe nenhuma sociedade humana que esteja isenta de transformações com o tempo e contato com outras culturas.

A cultura de determinada sociedade é passada de uma geração a outra através da educação, manifestações artísticas e outras formas de transmissão de conhecimento. O comportamento dos indivíduos vai depender desse aprendizado cultural. Portanto, um menino e uma menina agem diferentemente não por causa de seus hormônios, mas devido à educação diferenciada que recebem. É por isso também que maneiras de falar, se vestir, se alimentar, se comportar, etc. de um povo específico pode ser tão estranho aos olhos de outros povos. O que é repugnante para indivíduos de uma sociedade, pode ser desejável em outra. Mais ainda: em uma mesma sociedade, o que era impensável no século passado pode se tornar comum hoje em dia e vice-versa.

As sociedades humanas historicamente desenvolveram formas diferentes de se organizar, de relacionar internamente, com outros grupos sociais e com o meio ambiente. Sociedades distintas vão necessariamente originar culturas diferentes, ou seja, diferentes formas de ver o mundo e orientar a atividade social.

É por isso que existem tantas diferenças culturais, mesmo sendo todos pertencentes à mesma espécie humana. As diferenças culturais não podem ser explicadas em termos de diferenças geográficas ou biológicas. No passado, explicações baseadas no determinismo geográfico ou genético contribuíram para reforçar o racismo e preconceitos, além de terem servido como justificativa para a dominação de uns povos sobre outros.

No século XIX, alguns autores estabeleciam hierarquias entre todas as culturas humanas, defendendo uma escala evolutiva de linha única entre elas. Nessa concepção, todas as culturas teriam que passar pelas mesmas etapas, desde um estágio primitivo até as civilizações mais evoluídas que seriam as nações da Europa ocidental. Essa visão etnocêntrica servia aos interesses dos países europeus em legitimar seu expansionismo e colonização a partir de uma suposta superioridade cultural.

Tais concepções evolucionistas foram atacadas com o argumento de que a classificação das sociedades em escalas hierarquizadas era impossível, já que cada cultura tem a sua própria verdade. Concluiu-se então que não existe relação necessária entre características físicas de grupos humanos e suas formas culturais. A diversidade das culturas existentes corresponde à variedade da história humana. Cada realidade cultural tem sua lógica interna, que faz sentido para os indivíduos que nela vivem, pois é resultado de sua história e se relaciona com as condições materiais de sua existência. A partir da compreensão da variedade de procedimentos culturais dentro dos contextos em que são produzidos, o estudo das culturas contribui para erradicar preconceitos e fomentar o respeito à diversidade cultural.

Vale ressaltar também, que as diferenças culturais não existem apenas entre as sociedades, mas também dentro de uma mesma sociedade. Basta pensarmos na sociedade brasileira, nos diferentes sotaques, classes sociais, etnias, gênero, religiões, gerações, escolarização, origens, etc. É importante levar em conta a diversidade cultural interna à nossa própria sociedade, para compreendermos melhor o país em que vivemos.

Sugestão de Leitura

A iniciativa da Editora Expressão Popular de publicar uma edição revista e ampliada de *Cultura e sociedade no Brasil* preenche uma significativa lacuna no estudo sobre o pensamento social brasileiro e representa, sem dúvida, a oportunidade de termos acesso a significativos ensaios de Carlos Nelson Coutinho acerca do Brasil e dos dilemas da atualidade em nossa realidade.

O livro reúne ensaios que, elaborados ao longo de mais de trinta anos, mantêm-se inquestionavelmente atuais e essenciais para a compreensão das intrínsecas relações entre a cultura e a sociedade brasileiras. Desde o mais antigo (*Graciliano Ramos*, 1966) até o mais

recente (*O legado de Octavio Ianni*, 2006), Carlos Nelson Coutinho conserva uma mesma preocupação: demonstrar como a produção artística e intelectual brasileira, apesar de uma hegemonia marcadamente elitista, reservou importantes momentos de resistência onde, sem dúvida, foi possível construir experiências de uma alternativa verdadeiramente nacional e popular que, embora episódicas, permitiram significativos avanços na análise e no enfrentamento dos problemas brasileiros.

Valendo-se principalmente das contribuições categoriais de Georg Lukács e de Antonio Gramsci, mas dialogando com grandes nomes do pensamento social, o autor afirma e reafirma, enfim, como a cultura cumpre, também no Brasil, com seu papel de revelar a constituição efetiva de uma dada realidade social, demonstrando-se como um momento privilegiado para o homem expressar sua compreensão das relações sociais e para construir propostas de intervenção da realidade.

Nos dois primeiros ensaios, *Os intelectuais e a organização da cultura e Cultura e sociedade no Brasil*, o autor sistematiza suas principais formulações sobre o processo de formação de nossa intelectualidade e sobre a produção cultural brasileira de uma forma geral, discutindo seus principais problemas, com destaque para o evidente distanciamento entre os intelectuais brasileiros e seus projetos e os setores populares. É interessante observarmos como Coutinho relaciona o desenvolvimento de nossa intelectualidade e de nossa organização da cultura, no sentido gramsciano, com o processo de surgimento e de fortalecimento da esfera da sociedade civil em nossa formação social, demonstrando claramente a inserção da frente cultural nas lutas pela hegemonia construídas no Brasil.

A partir destas formulações mais gerais, Carlos Nelson Coutinho se dispõe a analisar a produção de alguns nomes específicos de nossa cultura, sobretudo nas esferas da literatura e do pensamento social. Valendo-se, com extrema responsabilidade, da liberdade de expressão e de crítica que ele mesmo anuncia, o autor identifica, nestas produções, significativos momentos de construção de uma “imagem alternativa de Brasil”, a qual, vinculada a uma perspectiva nacional-popular, apresenta outras possibilidades de pensar nossa realidade social e de intervir em seu desenvolvimento a partir do compromisso com projetos contra-hegemônicos.

Em Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt, enfatiza-se a recepção, por diferentes autores no Brasil, das idéias e propostas desta importante vertente marxista, bem como de suas contradições e diversidades. Os dois momentos referem-se, primeiramente, ao final dos anos 1960, quando esta aproximação ocorreu através das obras de Marcuse e de uma comprometedor assimilação de suas idéias com um irracionalismo “contracultural” e, em segundo lugar, ao início dos anos de 1980, quando, nas obras de Sérgio Paulo Rouanet, Coutinho reconhece o compromisso com uma defesa da razão contra o irracionalismo pós-moderno. Em ambas as abordagens, o que aprendemos com o autor é que a cultura brasileira, assim como em outros momentos de nossa história, não se furtou de dialogar com importantes movimentos da cultura universal, utilizando-se de suas formulações para pensar nossas especificidades, mas também contribuindo para o enriquecimento destes movimentos de uma forma geral.

Seguem-se três ensaios voltados, especificamente, para brilhantes momentos de crítica literária. O significado de Lima Barreto em nossa literatura, Graciliano Ramos e O povo na literatura de Jorge Amado comportam uma importante contribuição de Coutinho para pensarmos os caminhos pelos quais nossas manifestações artísticas (no caso, literárias) não só são influenciadas pela conjuntura histórica específica, mas também influenciam seu desenvolvimento mais amplo. O autor destaca, na produção destes três escritores, o compromisso com um realismo engajado, que, articulado com os grandes problemas nacionais, faz frente ao “intimismo à sombra do

poder” e busca caminhos diferenciados aos do romantismo e do naturalismo, onde as questões decisivas da vida social não são problematizadas. Assim, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Jorge Amado seriam exemplos de nomes que, em nossa literatura, inovaram tanto no âmbito das idéias quanto das formas e, seja realizando uma crítica social rica e fecunda de nossa sociedade, seja criando tipos humanos de extrema significação para nossa história, contribuíram com seus romances para a cultura universal. Recorrendo às preciosas formulações de Lukács e de Gramsci sobre a literatura, de uma forma geral, e o romance, em particular, o autor nos convida ao exercício de reconhecer o que significa concretamente uma perspectiva cultural baseada em uma nova noção de nacional e em uma nova relação com o popular.

A última parte do livro é composta pelos ensaios *A imagem do Brasil* na obra de Caio Prado Júnior, *Marxismo e “imagem do Brasil”* em Florestan Fernandes e *O legado de Octavio Ianni*, onde temos acesso a uma abordagem crítica da obra destes três autores e de suas contribuições para a reflexão sobre a realidade brasileira. Segundo Carlos Nelson Coutinho, encontramos em Caio Prado Júnior e em Florestan Fernandes imprescindíveis formulações para pensar o Brasil, sobretudo em três direções: 1) os processos que nos conduziram à modernização capitalista; 2) as particularidades, em função desta nossa “revolução burguesa”, de nosso desenvolvimento capitalista e 3) os caminhos também particulares que devemos buscar, no Brasil, para a superação desta formação econômico-social. Em suma, o que encontramos nestes pensadores é uma riquíssima e atualíssima “imagem alternativa de Brasil”, onde o que se destaca é nossa via “não-clássica” de ingresso no mundo capitalista, a qual deixa reflexos ao longo de toda a nossa história.

Como o próprio autor coloca, é interessante observarmos como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes constroem suas formulações sobre esta “via não-clássica” de transição para o capitalismo no Brasil e chegam a conclusões bastante próximas de Lênin, ao formular sua abordagem sobre “via prussiana” e de Gramsci, ao discutir os caminhos da “revolução passiva”. Esta proximidade revela, portanto, a riqueza da obra destes autores no interior da produção marxista nacional e internacional, e, principalmente, sua competência em fazer frente à visão então hegemônica do PCB sobre o Brasil. Sem dúvida, os ensaios nos conduzem a compartilhar com Carlos Nelson Coutinho a idéia de que, sem Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, a perspectiva marxista de análise da realidade brasileira estaria nuclearmente empobrecida.

Em Octávio Ianni, Coutinho destaca a riqueza de sua apropriação explícita do método histórico-dialético na abordagem sobre a realidade brasileira e sua dedicação a inúmeros campos do saber, os quais, analisados numa perspectiva de totalidade, também constroem uma imagem marxista do Brasil. Coutinho destaca, especificamente, como Ianni consegue analisar as particularidades do Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1964, reconhecendo-o como uma estrutura que comporta o movimento contraditório das classes sociais no Brasil.

Como podemos perceber, a diversidade e a riqueza dos temas abordados fazem de *Cultura e sociedade no Brasil* uma obra indispensável para aqueles que buscam, no interior das discussões da esfera cultural, espaços e interpretações originais acerca da totalidade social da realidade brasileira. Carlos Nelson Coutinho nos convida a “pensar o Brasil”, não apenas para compreendê-lo, mas, principalmente, para transformá-lo. E, em tempos tão nebulosos como estes em que vivemos, este é um convite que não podemos recusar.¹

¹ Fonte: www.brasildefato.com.br – Por Cristina Simões Bezerra/www.infoescola.com

Relação educação escola e sociedade

Sendo a escola uma instituição organizada e integrada na comunidade, ela deve desempenhar uma função pró-ativa de sùbita importância na formação, transformação e desenvolvimento do capital social.

Pensar a escola de hoje é refletir a sociedade nas vertentes social, económico e pessoal.

A relação escola, família e comunidade carece de melhoria, pois constata-se quase que um divórcio entre elas. As escolas, muitas vezes, não fomentam nem facilitam o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promovem a procura de soluções inovadoras, nem proporcionam uma participação efetiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

Escola é a principal instituição para a transmissão e aquisição de conhecimentos, valores e habilidades, por isso deve ser tida como o bem mais importante de qualquer sociedade.

Escola – instituição social que tem o encargo de educar, segundo planos sistemáticos, os indivíduos nas diferentes idades da sua formação, casa ou estabelecimento onde se ministra o ensino.

Escola é uma instituição educativa fundamental onde são organizadas, sistematicamente, atividades práticas de carácter pedagógico.

Para Gary Marx, (in Azevedo, 1994,p.147) a escola é verdadeiramente uma instituição de último recurso, após a família, comunidade e a igreja terem fracassado.

Comunidade é um conjunto de pessoas que vive num determinado lugar e ligado por um ideal e objetivos comuns.

Participação – de acordo com a etimologia da palavra, participação origina-se do latim “participatio” (pars + in + actio) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir. “

Executar uma ação não significa ter parte, ou seja, responsabilidade sobre a ação. E só será sujeito da ação quem puder decidir sobre ela”

A participação é «um modo de vida» que permite resolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e o coletivo, a pessoa e o grupo, na organização.

A participação deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um equilíbrio dinâmico entre: a autoridade delegada do poder central ou local na escola; as competências profissionais dos professores (enquanto especialistas do ensino) e de outros trabalhadores não docentes; os direitos dos alunos enquanto «autores» do seu próprio crescimento; e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.²

Considerando que toda criança faz parte de uma família e que toda família, além de possuir características próprias, está inserida em uma comunidade, hoje, ambas, família e comunidade, estão incumbidas, juntamente com a escola, da formação de um mesmo cidadão, portanto são peças fundamentais no processo educativo e, porque não, na elaboração do projeto pedagógico da escola e na gestão da mesma.

Quando a escola recebe os educandos, de onde eles vêm? Quem os encaminha? Eles vêm de uma sociedade, de uma família, e os pais e responsáveis realizam seu encaminhamento.

Não são os educandos seres viventes em um núcleo familiar e social, onde recebem orientação moral, vivenciam experiências e reforçam seus conhecimentos? Tudo isso é educação. Para estabele-

2 <http://www.portaldonhecimento.gov.cv>

cer uma educação moral, crítica e comprometida com o meio social, é primordial a integração entre escola, família e sociedade. Pois, o ser humano é um ser social por excelência. Podemos pensar na responsabilidade da escola na vida de uma pessoa. E ainda, partindo desse princípio, é um equívoco desvincular a família no processo da educação escolar. A escola vem reforçar os valores recebidos em casa, além de transmitir conhecimentos. Age também na formação humana, salientando a autonomia, o equilíbrio e a liberdade - que está condicionada a limites e respeito mútuo. Por que não, a escola trabalhar com a família e a sociedade em prol de um bem comum?

A parceria entre família, sociedade e escola só tem a contribuir para o desenvolvimento do educando. Assim, a escola passa a ser um espaço que se relaciona com a vida e não uma ilha, que se isola da sociedade. Com a participação da família no meio escolar, cria-se espaços de escuta, voz e acesso às informações que dizem respeito a seus filhos, responsáveis tanto pela materialidade da escola, bem como pelo ambiente no qual seus filhos estão inseridos. É preciso que os pais se impliquem nos processos educativos de seus filhos no sentido de motivá-los afetivamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem sucedida não depende apenas de uma boa escola, de bons professores e bons programas, mas principalmente de como o educando é tratado na sociedade e em casa e dos estímulos que recebe para aprender. É preciso entender que o aprender é um processo contínuo que não cessa quando ele está em casa. Qualquer gesto, palavra ou ação positiva de qualquer membro da sociedade ou da família pode motivá-la, porém, qualquer palavra ou ação que tenha uma conotação negativa pode gerar um bloqueio no aprendizado. É claro que, como qualquer ser humano, ele precisa de limites, e que não pode fazer tudo que quiser, porém os limites devem ser dados de maneira clara, sem o uso de palavras rudes, que agridam ou desqualifiquem-no.

Uma pessoa agredida, com palavras ou ações, além de aprender a agredir, perde uma boa parte da motivação para aprender, pois seus sentimentos em relação a si mesma e aos outros ficam confusos, tornando-a insegura com relação às suas capacidades, e consequentemente gerando uma baixa autoestima. Outro aspecto que merece ser lembrado é o que se refere à comparação com outros irmãos que foram bem sucedidos; os pais ou responsáveis devem evitar a comparação, pois cada um é único e tem seu próprio ritmo de aprendizado e sua maneira singular de ver o mundo e a sociedade em que esta inserido.

É preciso ainda ressaltar que o conhecimento e o aprendizado não são adquiridos somente nos bancos escolares, mas é construído pelo contato com o social, dentro da família, e no mundo ao seu redor. Fazer do aprendizado um prazer é tarefa não só dos professores, mas também, de pais, da sociedade e de qualquer profissional interessado no bem-estar de quem aprende.³

Pensar em educação de qualidade hoje, é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. Ou seja, é preciso uma interação entre escola e família. Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança.

Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser a meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é

3 Texto adaptado de Claudia Puget Ferreira / Fabiola Carmanhanes Anequim / Valéria Cristina P.Alves Bino